TÚLIO MACEDO ROSA E SILVA

**LIBERDADE SINDICAL E CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: PROF. ASSOCIADO DR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2018

TÚLIO MACEDO ROSA E SILVA

**LIBERDADE SINDICAL E CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE**

Tese de Doutorado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Túlio Macedo Rosa e

Liberdade sindical e controle de convencionalidade / Túlio Macedo Rosa e Silva. -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2018.
397f.

Orientador: Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Trabalho e da Seguridade Social, 2018.

1. Liberdade sindical. 2. Controle de convencionalidade. 3. Unicidade sindical. 4. Corte Interamericana de Direitos Humanos. I. Feliciano, Guilherme Guimarães. II. Título.

CDU

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus, antes de tudo e de todos.

À Doutrina Espírita, que me ensinou a buscar o equilíbrio emocional necessário para conseguir conciliar as atividades da pesquisa acadêmica, magistratura e docência.

Ao meu pai, minha mãe e meu irmão Caio, simplesmente por estarem sempre ao meu lado.

À minha namorada Suamy, pelo incentivo e apoio constantes.

Ao Professor Guilherme Guimarães Feliciano, por ter me acolhido desde o primeiro momento, pela confiança depositada no desenvolvimento desse trabalho e pela orientação incansável.

À Professora Walküre Lopes Ribeiro da Silva, por acreditar no meu potencial e por ter permanecido presente mesmo após sua aposentadoria.

Ao Professor Otavio Pinto e Silva, pelas considerações pertinentes na banca de qualificação e por estar presente em todas as etapas de minha vida acadêmica.

Ao Professor Sandro Nahmias Melo, pela amizade, pelos conselhos e pelo estímulo para continuar na vida acadêmica.

Ao Professor Luciano Martinez, pela amizade e pelo incentivo na conclusão desse trabalho.

Ao Professor Valerio de Oliveira Mazzuoli, pela disposição em participar da minha banca de doutoramento.

Ao Professor Firmino Alves Lima, pela ajuda constante na pesquisa necessária à conclusão do trabalho.

Aos demais familiares, avós, tios, tias, primos e primas, pelo apoio.

À Professora Sílvia Maria da Silveira Loureiro, pelo amparo, pela motivação e pelo auxílio constante.

Aos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por possibilitarem a realização de mais essa etapa de minha vida acadêmica.

Aos Professores Alcian Pereira de Souza e Ricardo Tavares Albuquerque, meus amigos e colegas da Universidade do Estado do Amazonas, pelo apoio necessário para a conclusão do doutorado.

Aos amigos de todas as horas, André Montibeller, Ângela Almada, Alexandre Jabur, Alexandro Alves, Bruna Menezes, Daniel Figueiredo, Hamilton Lucena, Jeanne Karla Bezerra, Jeibson Justiniano, Mário Bezerra, Rebeca Caribé, Shirley Nascimento, Victor Ricelly, pelo apoio de sempre.

SILVA, Túlio Macedo Rosa e. *Liberdade sindical e controle de convencionalidade*. 2018. 397f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

A presente tese de doutorado analisa a liberdade sindical enquanto integrante do grupo dos direitos humanos fundamentais, estudando sua presença nos tratados e convenções internacionais, bem como o tratamento dispensado pela legislação brasileira ao instituto. Além disso, é realizada a análise dos diferentes ângulos e dimensões da liberdade sindical, as formas de organização das entidades sindicais, indicando quais delas respeitam integralmente seu pleno exercício. Foram objeto de análise não apenas a legislação nacional, mas também as normas internacionais e entendimentos externados por comissões de especialistas de organismos internacionais. O trabalho estudou modelos de organização sindical de seis países diferentes: Estados Unidos da América, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal e Argentina como forma de inspirar alterações a serem realizadas no sistema brasileiro de organização das entidades sindicais. Ademais, foram analisadas as peculiaridades dos modelos da pluralidade sindical, unidade sindical e unicidade sindical, apontando suas vantagens e desvantagens em relação ao exercício pleno da liberdade sindical nos limites estabelecidos pela Convenção nº. 87 da Organização Internacional do Trabalho. Como a unicidade sindical é o modelo vigente no ordenamento jurídico brasileiro, foi concedido maior destaque para sua análise. O mecanismo do controle de convencionalidade das leis foi estudado, em especial a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na utilização dessa ferramenta. Em complemento, o trabalho analisa a força normativa que os tratados internacionais de direitos humanos assumem na ordem jurídica nacional, e a necessidade de compatibilização entre a unicidade sindical prevista na Constituição Federal e a liberdade sindical estabelecida no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos ratificado pelo Brasil.

Palavras-chave: Liberdade sindical. Unicidade sindical. Controle de convencionalidade. Corte Interamericana de Direitos Humanos.

SILVA, Túlio Macedo Rosa e. *Freedom of trade union association and conventionality control*. 2018. 397p. Doctor Degree. Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The present doctor degree thesis analyzes the freedom of Trade Union association as it integrates the fundamental human rights group, studying its presence in international treaties and conventions, as well as the way how Brazilian law deals with the institute. In addition, it is made an analysis of different forms and dimensions of freedom of Trade Union association, the way of organization of Trade Unions entities, indicating which one of them respect completely its full exercise. It was object of analysis not only the national legislation, but also international norms, and understandings outsourced by expert committees from international organizations. The survey studied models from Trade Union organizations of six different countries: United States of America, Italy, Germany, Spain, Portugal and Argentina as a way of inspiring changes to be performed in the Brazilian system of organization in Trade Union entities. In addition, it was analyzed the peculiarities of the models of Trade Union plurality, Trade Union unity and Trade Union unicity showing their advantages and disadvantages in relation to the full exercise of freedom of Trade Union association, under the conditions established by Convention No. 87 of the International Labor Organization. As the Union unity is the model in force in Brazil, it was conceived a bigger emphasis on its analysis. The mechanism of control of the conventionality of laws was studied, specially the performance of Inter-American Court of Human Rights, in use of this tool. Complementary, the essay analyzes the normative strength which international human rights treaties has in national judicial order, and the need of compatibilization between Trade Union unicity present in Federal Constitution and the freedom of Trade Union association established in the Additional Protocol to American Convention about Human Rights ratified by Brazil.

Keywords: Freedom of Trade Union Association. Trade Union unicity. Conventionality Control. Inter-American Court of Human Rights.

SILVA, Túlio Macedo Rosa e. *Libertà sindacale e controllo di convenzionalità*. 2018. 397p. Facoltà di Giurisprudenza, Università di San Paolo, San Paolo, 2018.

RIASSUNTO

La presente tesi di Dottorato di Ricerca analizza la libertà sindacale come parte integrante dei diritti umani fondamentali, studiando la sua presenza nei trattati e convenzioni internazionali e l'approccio dato a questo istituto dalla legislazione brasiliana. Oltre a ciò, è effettuata un'analisi dei diversi angoli e delle dimensioni della libertà sindacale e delle forme di organizzazione degli enti sindacali per indicare quali di essi ne rispettano integralmente il pieno esercizio. Sono state oggetto di analisi non soltanto la legislazione nazionale ma anche le norme internazionali e le intese espresse da commissioni di specialisti di organismi internazionali. Si prendono in esame i modelli sindacali di sei paesi diversi: Stati Uniti d'America, Italia, Germania, Spagna, Portogallo e Argentina, come un modo di suggerire cambiamenti da realizzare nel sistema brasiliano di organizzazione di enti sindacali. Sono state inoltre analizzate le peculiarità dei modelli della pluralità sindacale, unità sindacale e unicità sindacale, indicandone i vantaggi e gli svantaggi in rapporto al pieno esercizio della libertà sindacale nei limiti stabiliti dalla Convenzione n° 87 dell'Organizzazione Internazionale del Lavoro. Dato che l'unicità sindacale è il modello in vigore nell'ordinamento giuridico brasiliano, si è data enfasi alla sua analisi. Per quanto riguarda il meccanismo di controllo della convenzionalità delle leggi è stata studiata soprattutto la prassi della Corte Interamericana dei Diritti Umani nell'uso di questi strumenti. Come dimensione complementare, il lavoro analizza la forza normativa che i trattati internazionali assumono all'interno dell'ordine giuridico nazionale e sottolinea la necessità di raggiungere la compatibilità fra l'unicità sindacale prevista nella Costituzione Federale Brasiliana e la libertà sindacale stabilita nel Protocollo Addizionale alla Convenzione Americana dei Diritti Umani ratificato dal Brasile.

Parole chiave: Libertà sindacale. Unicità sindacale. Controllo di convenzionalità. Corte Interamericana di Diritti Umani.

LISTA DE SIGLAS

AD/COPEI: Acción Democrática
ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADECON: Ação declaratória de constitucionalidade
ADGB: Allgemeiner Deutscher Gewerkschaftsbund
ADIN: Ação direta de inconstitucionalidade
ADPF: Arguição de descumprimento de preceito fundamental
AFL: American Federation of Labor
CCOO: Comissões Obreiras
CGIL: Confederação Geral Italiana do Trabalho
CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores
CGT: Confederación General del Trabajo
CGTU: Confederación General del Trabajo Unitaria
CIO: Congress of Industrial Organization
CISL: Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores
CIT: Conferência Internacional do Trabalho
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNT: Confederación Nacional del Trabajo
COS: Coordinadora de Organizaciones Sindicales
CSI-F: Central Sindical Independiente y de Funcionarios
DGB: Deutscher Gewerkschaftsbund
FET: Falange Española Tradicionalista
FETICO: Federación de Trabajadores Independientes del Comercio
FSES: Federación de Sindicatos de Educación y Sanidad
FSIE: Federación de Sindicatos Independientes de la Enseñanza
GCG: Gesamtverband der christlichen Gewerkschaften Deutschlands
INTP: Instituto Nacional de Trabalho e Previdência
JONS: Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista
LMRA: Labor Management Relations Act
LMRDA: Labor-Management Reporting and Disclosure Act
NLRA: National Labor Relations Act

NLRB: National Labor Relations Board
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
OSE: Organización Sindical Española
PJ: Partido Justicialista
PRI: Partido Revolucionário Intransigente
RSA: Representação Sindical Autônoma
RSU: Representação Sindical Unitária
SCMM: Sindicato de Conductores del Metro de Madrid
SEMAF: Sindicato Español de Maquinistas y Ayudantes Ferroviarios
SEPLA: Sindicato Español de Pilotos de Líneas Aéreas
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
STM: Superior Tribunal Militar
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
TST: Tribunal Superior do Trabalho
UGT: Unión General de Trabajadores
UIL: União Italiana do Trabalho
UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USO: Unión Sindical Obrera

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Justificativa e relevância da matéria	11
2. Delimitação do tema	14
3. Metodologia e técnicas de pesquisa	15
 CAPÍTULO I. LIBERDADE SINDICAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	17
1. Direitos humanos fundamentais	17
1.1. Terminologia	17
1.2. Evolução	24
2. Os Pactos Internacionais da ONU de 1966 e a liberdade sindical	36
3. Igualdade, democracia e liberdade sindical	47
4. Estado e constitucionalismo social	55
5. Estado social, Estado do bem-estar social e liberdade sindical	60
6. OIT e liberdade sindical	76
 CAPÍTULO II. LIBERDADE SINDICAL: CONCEITOS E DIMENSÕES	85
1. Diferentes ângulos da liberdade sindical	85
1.1. Organização sindical	94
1.2. Corporativismo e sindicatos	102
1.3. Liberdade sindical no ordenamento jurídico brasileiro	110
1.3.1. Histórico	110
1.3.2. Constituição Federal de 1988	117
2. Modelos de organização sindical quanto à limitação legal do número de sindicatos	128
2.1. Experiências estrangeiras de organização sindical	128
2.1.1. Estados Unidos da América	128
2.1.2. Alemanha	136
2.1.3. Portugal	148
2.1.4. Espanha	155
2.1.5. Itália	166
2.1.6. Argentina	177
2.2. Modelos de organização sindical e a OIT	189
2.3. Unidade sindical	193
2.4. Pluralidade sindical	197
2.5. Unicidade sindical	207
2.6. Unicidade sindical no Brasil	210
2.6.1. Unicidade sindical na perspectiva jurisprudencial brasileira	210
2.6.1.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	210
2.6.1.2. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	213

2.6.2. Unicidade e registro sindical	218
2.6.3. Financiamento sindical de base corporativista: o outro lado da moeda	224
2.6.4. Unicidade sindical na doutrina brasileira	229
CAPÍTULO III. UNICIDADE SINDICAL E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	237
1. Hierarquia jurídica das fontes de Direito Internacional Público	237
1.1. <i>Jus cogens</i>	237
1.2. Relação entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno	240
1.3. Força normativa dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	247
2. Existência, validade, eficácia e vigência dos atos jurídicos	260
3. Controle de constitucionalidade	265
3.1. Controle de constitucionalidade jurisdicional difuso	270
3.2. Controle de constitucionalidade jurisdicional concentrado	273
3.3. Efeitos subjetivos da decisão de controle de constitucionalidade	275
4. Controle de convencionalidade	280
4.1. Sistema Interamericano de Direitos Humanos	280
4.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos e Corte Europeia de Direitos Humanos	286
4.3. Controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	289
4.4. Caráter complementar do controle de convencionalidade	301
4.5. Controle de convencionalidade difuso	307
4.6. Princípio <i>pro homine</i>	312
4.7. Controle concentrado de convencionalidade	320
4.8. Opiniões consultivas	324
4.9. Efeitos do controle de convencionalidade	328
4.10. Sujeitos habilitados para realizar o controle de convencionalidade	333
4.11. <i>Ius commune</i> interamericano	336
4.12. Análise da Opinião Consultiva n. 22/2016 da Corte Interamericana de Direitos Humanos	339
4.12.1. Origem da Opinião Consultiva	339
4.12.2. Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o princípio <i>pro homine</i>	341
4.12.3. Efeitos para a liberdade sindical	344
4.12.4. Proteção das dimensões da liberdade sindical	347
4.12.5. Exercício do controle de convencionalidade	353
CONSIDERAÇÕES FINAIS	359
REFERÊNCIAS	365
APÊNDICE	389
CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. <i>Opinión Consultiva Oc-22/16, de 26 de febrero de 2016</i>	391

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância da matéria

Os institutos inerentes ao Direito Coletivo do Trabalho merecem constante atenção dos pesquisadores em virtude de sua importância para o aprimoramento da democracia e das liberdades dos indivíduos de toda a sociedade. A unicidade sindical, modelo de organização das entidades sindicais imposto pelo Estado, impede o livre exercício da escolha da entidade que representará os interesses do trabalhador, além de restringir a possibilidade de criação de mais de uma entidade sindical em uma mesma base territorial, contribuindo para diminuir o interesse das pessoas sobre a atuação sindical, pois a lei realizou a opção que deveria ter sido exercida pelo trabalhador.

Entretanto, a superação da unicidade sindical já encontra fundamento no ordenamento jurídico brasileiro para ser realizada sem a necessidade de esperar alterações legislativas e constitucionais, fato que favorecerá a atuação das entidades sindicais na busca por melhores condições de trabalho e de vida para todos e, conseqüentemente, aumentará o interesse da sociedade sobre sua atuação.

Nessa medida, aclamado pela Revolução Francesa e propagado pelo mundo, o princípio da liberdade é imprescindível para qualquer regime democrático, expressando-se nos diversos aspectos da vida social. No âmbito das relações de trabalho, constitui expressão dos princípios da liberdade de trabalho e da liberdade sindical.¹

Como direito humano essencial, a liberdade sindical está prevista em uma série de instrumentos internacionais, dentre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948 (artigos 20.1 e 23.4), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada na Nona Conferência Internacional Americana de 1948 (artigo XXII), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de Dezembro de 1966 (artigo 22.1, 2 e 3), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de Dezembro de 1966 (artigo 8º, “a” e “d”), o Protocolo Adicional à

¹SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Liberdade sindical no contexto dos direitos humanos: a experiência da OIT. *Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 205-222, jan./jun. 2006.

Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), Subscrito pela Assembleia Geral da OEA, San Salvador, El Salvador, em 17 de Novembro de 1988 (art. 8º) e os Convênios (ou convenções) 87, 98 e 135 da Organização Internacional do Trabalho.

Na esfera específica da OIT, destaca-se a relevância concedida ao tema ao verificar que sua Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa, já na parte da consideranda, ressalta a importância dos direitos fundamentais, dentre eles a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva. Em seguida, o documento estabelece os quatro objetivos da entidade, de igual relevância, a saber: (I) promoção do emprego através da criação de um ambiente institucional e econômico sustentável; (II) desenvolvimento e reforço de medidas de proteção social – segurança social e proteção dos trabalhadores – sustentáveis e adaptadas às circunstâncias nacionais; (III) promoção do diálogo social e do tripartismo; (IV) respeito, promoção e aplicação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, que se revestem de particular importância, não só como direitos, mas também como condições necessárias à plena realização de todos os objetivos estratégicos².

Evidente a importância constante que a OIT concede à proteção da liberdade sindical desde o período de sua criação, reconhecendo-a atualmente como instrumento para a realização das medidas imprescindíveis à melhoria das condições de trabalho e desenvolvimento de uma vida mais digna a todos os trabalhadores.

Além disso, como aponta Oscar Ermida Uriarte, é consenso entre os juristas que o desenvolvimento da liberdade sindical não é possível sem a preexistência efetiva dos demais direitos humanos previstos nos textos normativos internacionais e constituições nacionais e, ainda, não é possível o completo exercício desses direitos humanos sem a garantia da liberdade sindical. De forma sucinta, não existe liberdade sindical sem o exercício dos outros direitos humanos e vice-versa. Segue o autor afirmando que a liberdade sindical depende dos demais direitos humanos, pois é impossível, na prática,

²ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*. Adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na 97ª Sessão, Genebra, 10 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao_justicasocial.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

instituir sindicato realmente livre que possa desenvolver atividade sindical autêntica, sem que, ao mesmo tempo, possam ser exercidos esses direitos humanos.³

Portanto, a liberdade sindical atua de maneira a proporcionar o desenvolvimento e a ampliação dos direitos humanos. Relacionado a isso, a atuação do Poder Judiciário, dependendo da forma como se realiza, pode restringir e até mesmo prejudicar a plenitude do instituto, o que contribui para a criação de ambiente inadequado ao fortalecimento das relações coletivas de trabalho e, conseqüentemente, reduz as conquistas sociais já alcançadas pela sociedade.

No plano do ordenamento jurídico pátrio, o artigo 8º, *caput* e inciso I da Constituição da República abriga a mais ampla autonomia sindical, proibindo o Poder Público de praticar qualquer ato de ingerência ou intervenção nas entidades associativas. Apesar disso, o inciso II do dispositivo constitucional estabeleceu o modelo da unicidade sindical e restringiu sua área geográfica de representação aos limites de um município, impedindo a criação de sindicatos no âmbito das empresas. Em adição, os incisos III e IV fazem referência ao conceito de categoria, situação que mantém o conteúdo do artigo 511 da CLT em vigor.

Nesse contexto, o Poder Judiciário é a instituição controladora da manutenção da unicidade sindical como modelo de organização das entidades sindicais que obrigatoriamente deve ser seguido no país. Ao proceder dessa forma, as decisões judiciais proferidas contrariam a plena garantia da liberdade sindical, especialmente quando o parâmetro adotado são as diretrizes traçadas pela Organização Internacional do Trabalho sobre o tema. Indubitáveis, assim, os prejuízos que tais decisões causam às entidades sindicais e seus representados.

O controle de convencionalidade de leis surge, então, como mecanismo útil a ser aplicado pelo Poder Judiciário na busca da garantia integral da liberdade sindical, especialmente em relação ao modelo de organização das entidades sindicais. Como o Brasil não ratificou a Convenção n. 87 da OIT que traça as principais diretrizes a respeito da defesa da liberdade sindical, deve ser utilizado como parâmetro desse controle de convencionalidade o Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos

³ERMIDA URIARTE, Oscar. *Sindicatos en libertad sindical*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1985. p. 24-25.

Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), ratificado pelo país.

Ademais, o interesse crescente dos pesquisadores do Direito pelo estudo do controle de convencionalidade mostra a necessidade de aprofundar cada vez mais as discussões sobre o tema e seus desdobramentos na esfera do Direito do Trabalho.

Nessa ordem de ideias, a análise crítica da utilização do controle de convencionalidade pelo Poder Judiciário na aplicação da liberdade sindical prevista no artigo 8 do Protocolo Adicional em detrimento do artigo 8º, II, da Constituição da República, alterando o modelo de organização a ser seguido no país pelas entidades sindicais, demonstra a relevância necessária para fundamentar o desenvolvimento da tese, compreendendo a justificativa do estudo ora proposto.

2. Delimitação do tema

O tema escolhido para a pesquisa a ser desenvolvida é analisar a utilização do controle de convencionalidade de leis para a garantia da liberdade de organização sindical no ordenamento jurídico brasileiro. O estudo será realizado a partir da análise da relação entre a liberdade sindical e os direitos humanos, seguirá para o desenvolvimento de reflexões sobre os modelos de organização sindical, especialmente a unicidade sindical existente no Brasil. Dessa forma, será estudada a viabilidade de utilização do controle de convencionalidade, tendo como parâmetro principal o Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), ratificado pelo Brasil, para questionar o modelo de organização sindical pátrio adotado no artigo 8º, II, da Constituição Federal.

A pesquisa analisará a liberdade sindical enquanto integrante do grupo dos direitos humanos fundamentais, verificando o tratamento dispensado ao instituto pelos tratados e convenções internacionais e pela legislação brasileira. Será abordada sua importância na construção do Estado democrático de direito e na concretização do princípio da igualdade.

A segunda parte do trabalho estudará os diferentes ângulos e dimensões da liberdade sindical, as formas de organização das entidades sindicais, indicando quais delas respeitam integralmente o pleno exercício da liberdade sindical. Serão observados não apenas a legislação nacional, mas também normas internacionais e entendimentos externados por comissões de especialistas de organismos internacionais.

A terceira e última parte da pesquisa estudará o mecanismo do controle de convencionalidade das leis. Será analisada a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na utilização dessa ferramenta e o papel do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, para a interpretação dos diplomas normativos internacionais ratificados pelo Brasil em conflito com a unicidade sindical adotada pela Constituição Federal.

3. Metodologia e técnicas de pesquisa

Na presente pesquisa foi utilizado principalmente o método dialético, analisando-se as diversas posições doutrinárias e jurisprudenciais relacionadas aos assuntos investigados.

Em decorrência da natureza do problema abordado, foi utilizado o método dedutivo que se destina a demonstrar e justificar os fatos correlatos ao problema, mediante a aplicação de recursos lógico-discursivos, calcados nos seguintes critérios: coerência, consistência e não-contradição.

Em complemento, foi necessária a consulta de fontes primárias (convenções internacionais do trabalho, constituições, leis infraconstitucionais, jurisprudência, etc) e de fontes secundárias (manuais, artigos de periódicos, dissertações, teses, etc) relacionadas ao tema.

Ressalto, por fim, que o método histórico foi utilizado na pesquisa dos direitos humanos fundamentais.

Destaco que o estudo é do tipo teórico-aplicado, pois destinado não apenas a descobrir teoria, lei e modelos de explicação dos fatos jurídicos e sociais, mas também a solucionar problemas de ordem prática.

Sendo assim, os dados obtidos foram relidos a partir de uma perspectiva crítica e não meramente descritiva, objetivando discutir a adequação dos modelos atualmente adotados ao paradigma do Estado democrático de direito e do movimento pós-positivista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foi demonstrada a importância da liberdade sindical como elemento integrante dos direitos humanos fundamentais. Para tanto, foram explorados os processos de formação, consolidação e universalização desse grupo de direitos, acompanhados do respectivo amadurecimento da sociedade quanto à valorização da dignidade do ser humano.

Na evolução dos direitos humanos fundamentais, a dignidade humana sempre esteve ao lado da busca pela igualdade entre os indivíduos e a liberdade para todos. A luta pela liberdade é marcada pela tentativa de restringir os poderes do monarca e, em seguida, do Estado, evidenciando somente sua dimensão individual. Os conflitos pelo reconhecimento da liberdade em seu aspecto coletivo começam a partir da Revolução Industrial, responsável pela alteração nas estruturas de produção e acumulação de riquezas.

É nesse contexto que surge a necessidade de ser garantida a liberdade sindical, pois o seu livre exercício assegura aos trabalhadores paridade de forças na luta com o capital, representado pelos empregadores detentores dos meios de produção, na busca por melhores condições de trabalho e de vida.

Sendo assim, a liberdade sindical figura em diversos diplomas normativos: Declaração Universal dos Direitos do Homem, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998, renovada em 2008 por meio da Declaração sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa e Convenções 87, 98 e 135 da OIT.

A previsão simultânea da liberdade sindical nos dois pactos internacionais de direitos humanos evidencia sua peculiaridade. Primeiro, demonstra a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos fundamentais. Segundo, mostra sua relevância para se atingir os ideais de liberdade e igualdade para todos os seres humanos.

Em relação à igualdade, são grandes os desafios a serem superados no país para reduzir a desigualdade econômica histórica entre brancos, pretos e pardos. Além disso, há

ainda a desigualdade entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino. O Direito do Trabalho e os instrumentos de defesa e garantia da liberdade sindical são capazes de contribuir para superar essa lamentável realidade social.

Com o desenvolvimento do constitucionalismo social, as estruturas estatais passam a ser construídas na busca pela concretização da igualdade material, superando a concepção de igualdade formal que é alheia à existência de desigualdades no plano fático entre os indivíduos. O modelo de Estado que se desenvolve, o Estado social de direito, possui como finalidade assegurar a igualdade formal, material e a igualdade de oportunidades. O Estado-providência, enquanto isso, é a expressão de um conjunto de medidas adotadas pelo Estado para garantir a sobrevivência do capitalismo diante de suas crises.

A defesa da manutenção do Estado social assume a forma atual de Estado democrático de direito. Mesmo com todos os ataques sofridos e todas as fragilidades existentes, não foi criado um outro modelo estatal apto a conciliar a necessária manutenção do capitalismo e a busca pela contínua implementação dos direitos humanos fundamentais. Nesse contexto, as entidades sindicais continuam a desenvolver o protagonismo das lutas necessárias para pressionar o poder estatal e os demais atores sociais na concretização dos direitos humanos fundamentais.

As tentativas de redução na interferência nas relações de trabalho e a intenção de restaurar elementos do Estado liberal propiciam a degradação do ambiente de trabalho e o aumento da exploração dos trabalhadores. O exercício da liberdade sindical assume função primordial não apenas para a defesa dos direitos trabalhistas, mas também para a implementação de todos os direitos humanos fundamentais de forma geral. Em ambiente onde há liberdade sindical plena, tanto os trabalhadores como os empregadores podem atuar na busca por melhores condições de trabalho, o que elevará a qualidade de vida e o acesso a bens imprescindíveis ao bem-estar da população. Ademais, a atuação coletiva pode influenciar inclusive a direção que o Estado adotará na condução das políticas públicas e econômicas, situação que acarreta efeitos na concretização dos direitos civis e políticos, e também dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Para que essa atuação coletiva ocorra da maneira mais efetiva possível, é necessário registrar que a forma como as entidades sindicais organizam-se está inserida no contexto da liberdade de organização sindical, uma das dimensões da liberdade sindical, que ainda é

formada pela liberdade de administração, liberdade de exercício de funções e liberdade de filiação.

O modelo sindical no Brasil é intervencionista, caracterizado pela regulação unilateral e heterônoma da liberdade sindical, organização sindical e a atividade dos sindicatos pelo Estado, resquício da estrutura corporativista que impregnou a estrutura sindical no país. Quanto à liberdade de organização, o texto constitucional de 1988 não a reconheceu, pois seu artigo 8º, II, abrigou o modelo da unicidade sindical, em que não pode existir mais de uma “organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Limitam, portanto, o exercício da liberdade de organização os seguintes resquícios do corporativismo ainda existentes no sistema pátrio: a unicidade sindical, a base territorial mínima, a sindicalização por categoria e o sistema confederativo da estrutura sindical. A contribuição sindical deixou de ser obrigatória a partir da Lei 13.467/2017, e o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade 5.794-DF, declarou a constitucionalidade da extinção de sua obrigatoriedade. Logo, não pode mais ser apontada como restrição à liberdade de organização das entidades sindicais.

O modelo sindical brasileiro já foi concebido vinculado ao conceito de categoria profissional. O Estado sempre esteve presente na delimitação e agrupamento dos trabalhadores, forçando-os a adotar um sistema de organização sindical criado por ele próprio, sem a menor correspondência com os verdadeiros interesses comuns desses grupos sociais. Em razão disso, para a garantia efetiva da liberdade sindical como trazido pela Convenção n. 87 da OIT, é imprescindível a eliminação, do ordenamento jurídico, do conceito de categoria como forma de moldar a organização sindical.

Quanto à limitação legal da organização sindical, foram estudados os modelos sindicais existentes nos Estados Unidos da América, representante dos países de *common law*, e da Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Argentina, representantes dos países de *civil law*, como forma de incentivar a superação do sistema da unicidade sindical. A Alemanha conseguiu vencer as estruturas corporativistas de índole nazista que marcaram sua estrutura sindical e optou pelo caminho da unidade sindical. O ordenamento jurídico português esteve subordinado a uma estrutura sindical corporativista por mais de quatro décadas, conseguiu superar e remover os entraves legislativos desse sistema, sendo hoje

inclusive signatário da Convenção n. 87 da OIT. A Espanha venceu suas estruturas do corporativismo franquista, adotando o modelo da pluralidade sindical, em consonância com as determinações das Convenções n. 87 e 98 da OIT. O ordenamento jurídico italiano superou o corporativismo de natureza fascista que impregnava o modelo sindical para adotar a pluralidade sindical, eliminação da interferência estatal na vida dos sindicatos. Apesar de ter ratificado a Convenção n. 87, a Argentina apresenta dificuldades para desvencilhar-se das marcas corporativistas ínsitas a seu ordenamento jurídico, mas, mesmo assim, está mais adiantada que o Brasil na busca por um modelo sindical que garanta efetivamente o exercício pleno da liberdade sindical.

A unicidade sindical brasileira é imposta pela legislação e possui como características a representação de grupo por único sindicato e a representação dos integrantes do grupo independente de filiação nos limites territoriais de uma determinada área geográfica.

O modelo previsto pelo artigo 8º, II, da Constituição da República está em desacordo com o conteúdo da Convenção 87 da OIT, especificamente quanto à proibição de ser criada mais de uma organização sindical dentro de uma mesma área territorial, como o próprio Comitê de Liberdade Sindical da OIT já teve a oportunidade de declarar. Além disso, o próprio conceito de categoria mantido pelo constituinte viola a plena liberdade das entidades sindicais organizarem-se da forma como melhor entenderem viável. A representação da categoria atribuída a um único sindicato, concedendo efeito *erga omnes* às convenções e acordos coletivos pactuados entre as entidades sindicais, com extensão das vantagens das normas coletivas, até mesmo àqueles não filiados, viola a liberdade em comento.

Todavia, a Convenção n. 87 da OIT não foi ratificada pelo Brasil, fato que prejudica a defesa da liberdade sindical em virtude do artigo 8º, II, da Constituição da República. Mas há uma saída jurídica capaz de amparar a aplicação no ordenamento jurídico nacional da proteção à liberdade sindical concedida pela OIT. O artigo 8º do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ratificado pelo país, assegura a liberdade sindical a todos os indivíduos e a todas as organizações sindicais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio da opinião consultiva 22/2016, demonstrou que o mencionado dispositivo normativo deve ser interpretado conforme os limites estabelecidos pela OIT em suas convenções relativas à liberdade sindical, dentre elas, a Convenção n. 87.

Assim, a proteção à liberdade sindical estabelecida no artigo 8º do Protocolo Adicional é a mesma atribuída pela OIT em sua Convenção n. 87, que, por sua vez, assegura a todos os indivíduos e organizações sindicais a proteção às quatro dimensões da liberdade sindical: liberdade de organização, liberdade de administração, liberdade de filiação e liberdade de exercício de funções.

Entretanto, a liberdade de organização das entidades sindicais protegida pelo Protocolo Adicional não se harmoniza com a unicidade sindical prevista no artigo 8º, II, da Constituição da República. Para resolver essa incompatibilidade, é preciso antes de tudo defender a natureza constitucional das normas internacionais de direitos humanos incorporadas pela ordem jurídica brasileira. O princípio da liberdade sindical previsto no artigo 8º do Protocolo Adicional foi incorporado pelo ordenamento jurídico pátrio de forma imediata, já que consiste em norma-princípio, conforme artigo 5º, §2º, da Constituição da República. Além disso, apesar de o Protocolo Adicional ter sido ratificado antes da Emenda Constitucional n. 45/2004, com fundamento nos artigos 1º, III, 3º, I, III, IV, 5º, §§ 1º e 2º, e 170, VII, da Constituição Federal, ele deve ser considerado material e formalmente constitucional.

Na sequência, há duas normas incompatíveis e dotadas da mesma natureza hierárquico jurídica no sistema jurídico pátrio: artigo 8º, II, da Constituição Federal e artigo 8º do Protocolo Adicional. O controle de convencionalidade é a solução capaz de resolver essa incompatibilidade. Por meio dele, as normas nacionais em conflito com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e seu Protocolo Adicional deixam de ser aplicadas na solução de um caso concreto. O conceito de norma abrange aquelas inseridas no texto das constituições nacionais que podem contrariar o conteúdo do Protocolo ou a interpretação concedida pela Corte Interamericana sobre os direitos nele previstos. Dessa maneira, o artigo 8º, II, da Constituição é uma norma constitucional inconvençãoal.

No exercício do controle de convencionalidade, deve ser aplicada pelo magistrado a norma mais favorável ao indivíduo, já que não há identidade entre os conteúdos da Constituição Federal e o Protocolo. Em sua decisão, o juiz deve afastar a unicidade sindical do artigo 8º, II, constitucional e aplicar a liberdade sindical plena prevista no artigo 8º do Protocolo Adicional, autorizando a livre criação e organização das entidades sindicais, já que constitui norma mais benéfica ao indivíduo.

O controle de convencionalidade pode ser implementado no país por qualquer magistrado sendo realizado de forma difusa e incidental. Com fundamento no artigo 52, X,

da Constituição, em virtude de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, os efeitos da decisão judicial podem ser ampliados para todos, com a suspensão da execução do artigo 8º, II, da Constituição realizada pelo Senado Federal. Dessa forma, o artigo 8º, II, da Constituição não será mais aplicado por ser considerado inválido, em que pese inexistir um ato formal que o retire do ordenamento jurídico.

Além do controle difuso, a identificação da inconvenção do artigo 8º, II, da Constituição poderá ser realizada diretamente com efeito *erga omnes*, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de convencionalidade, e de forma complementar, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, caso o Brasil não tenha implementado tal controle, ou tenha realizado de maneira equivocada ou ainda incompleta.

Da mesma forma que no controle difuso, o artigo 8º, II, da Constituição, não será mais aplicado por ser considerado inconvenção quando o Supremo Tribunal Federal exercer o controle concentrado de convencionalidade, mas não haverá eliminação expressa de vigência do dispositivo.

Caso o controle de convencionalidade seja implementado pela Corte Interamericana, será determinado ao Brasil que modifique o artigo 8º, II, da Constituição Federal, fazendo com que seja permitida a livre criação e organização das entidades sindicais.

Superada a unicidade, em virtude dos prejuízos que ela causa ao livre exercício da liberdade sindical, a pluralidade ou a unidade sindical deve ser escolhida por trabalhadores e empregadores, sendo permitida a livre criação e organização das entidades sindicais, conforme critério que elas entendam pertinentes. A partir do fim da unicidade, não haverá mais a imposição do modelo sindical pelo Estado, fato que fortalecerá o livre exercício da liberdade sindical e a busca por melhores de condições de vida e de trabalho para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AGUILAR CAVALLO, Gonzalo. Derechos fundamentales-derechos humanos. ¿Una distinción válida en el siglo XXI? *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, México, v. 43, n. 127, p. 15-71, ene./abr. 2010.

ALBIOL MONTESINOS, Ignacio; LÓPEZ GANDÍA, Juan; CAMPS RUIZ, Luis Miguel; SALA FRANCO, Tomás. *Derecho del trabajo: fuentes y relaciones colectivas*. 7. ed. Valencia: Tirant lo blanch, 2005. t. 1.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de direito internacional público*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Migração, mobilidade e direitos humanos. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA MOBILIDADE DO TRABALHO, MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. *Caderno de Palestras*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

_____; JUBILUT, Liliana Lyra. O direito internacional dos direitos humanos e o Supremo Tribunal Federal. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do; JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). *O STF e o direito internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

ANGNES, Cláudia; BUFFON, Marciano; MORIGI, Valdir José. A evolução do papel do Estado na promoção dos direitos sociais - do Estado liberal ao pós-neoliberal. *Revista de Direito Social*, Sapucaia do Sul, v. 10, n. 40, p. 83-106, out./dez. 2010.

ARAÚJO, Edson Gramuglia. *As centrais no sistema de representação sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2013.

ARGENTINA. Asociacion Trabajadores del Estado C/MIDE Trabajo. Procuración General de la Nación. S.C. A. n° 201, L. XL. Disponível em: <<http://www.cpacf.org.ar/colegionline/jurispru/12denoviembre/ATE.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. Asociaciones Sindicales. Ley n° 23.551. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/20993/texact.htm>>. Acesso em: 26 maio 2018.

ARGENTINA. Suprema Corte de Justicia de la Provincia de Buenos Aires. *Autos: Dorado, Oscar L. c/Disco SA s/Despido*. Buenos Aires, Data: 27-06-2012. Disponível em: <<http://www.ijeditores.com.ar/articulos.php?idarticulo=62280&print=2>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *O direito: introdução e teoria geral – uma perspectiva luso-brasileira*. 6. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1991.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier; MARCO, Cristhian Magnus de. O surgimento dos direitos humanos fundamentais nas civilizações não europeias. *A & C: revista de direito administrativo e constitucional*, Belo Horizonte, v. 13, n. 54, p. 185-206, out./dez. 2013.

BARRERA, Manuel; FALABELLA, Gonzalo. *Sindicatos bajo regímenes militares: Argentina, Brasil, Chile*. Santiago: CES Ediciones, 1990.

BARROS JUNIOR, Cássio de Mesquita. In: MANNRICH, Nelson et al. (Coords.). *Atualidades do direito do trabalho: anais da Academia Nacional de Direito do Trabalho* 2011. São Paulo: LTr, 2012.

_____. Liberdade sindical: as Convenções e outros instrumentos da OIT sobre liberdade sindical - mecanismos de promoção e controle - direitos sindicais e liberdades civis. In: GALVÃO JR., Juraci; AZEVEDO, Gerson (Coords.). *Estudos de direito do trabalho e processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Pluralidade, unidade e unicidade sindical. In: FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa (Org.). *Curso de direito coletivo do trabalho: estudos em homenagem ao ministro Orlando Teixeira da Costa*. São Paulo: LTr, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 7. ed. rev. e atual. Edição Digital. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

BASSO, Joaquim. Tratados internacionais no direito interno brasileiro e a necessidade do controle de convencionalidade em matéria ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 19, n. 73, p. 165-207, jan./mar. 2014.

BATISTA, Henrique Gomes. Esforço interamericano. Comissão de direitos humanos da OEA encara nova era de desafios. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/comissao-de-direitos-humanos-da-oea-encara-nova-era-de-desafios-18511893>>. Acesso em: 13 maio 2018.

BAZAN, Victor. En torno a la efectivización de los derechos económicos, sociales y culturales. In: FERRAZ, Anna Candida da Cunha et al (Orgs.). *Direitos humanos fundamentais: doutrina, prática e jurisprudência*. Niterói: Impetrus, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. A crise e a atualidade do Estado social para a periferia do capitalismo. *Estudos no século XX*, Separatas, n. 13, p. 129-144, 2013. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36801/1/A%20Crise%20e%20a%20Atualidade%20do%20Estado.pdf>>.

BOBBIO, Norberto. Tradução de COUTINHO, Carlos Nelson. *A era dos direitos*. Nova ed., 7. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 31. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2016.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico de direitos humanos: contribuições da descolonialidade. *Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica*, v. 19, n. 1, p. 201-230, jan./abr. 2014.

_____; ADAMATTI, Bianka. Igualdade, não discriminação e direitos humanos: são legítimos os tratamentos diferenciados? *BDA: boletim de direito administrativo*, São Paulo, v. 31, n. 9, p. 1104-1116, set. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 16, de 1984*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/603>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei*. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filenome=PL+6787/2016>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. *Decreto no 592, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009*. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 06 mar. 2018.

BRESCIANI, Luís Paulo. BENITES FILHO, Flávio Antonello. *Negociações tripartites na Itália e no Brasil*. São Paulo: LTr, 1995.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro. *Direito sindical*. São Paulo: LTr. 2000.

_____. *A sindicalização no serviço público*. Curitiba: Genesis, 1996.

BROCKWAY, Wesley C. Rationing justice: the need appointed Counsel in removal proceedings of unaccompanied immigrant children. *University of Colorado Law Review*, v. 88, p. 179-231, 2017.

CAMPOS, André Gambier. *Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília-DF; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 29 p. (2262 Texto para Discussão). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2262.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

CAMPOS NETO, Antonio Augusto Machado de. O hinduísmo. O direito Hindu. O direito indiano. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 104, p. 71-111, jan./dez. 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. O direito constitucional como ciência de direção: o núcleo essencial de prestações sociais ou a localização incerta da socialidade (contributo para a reabilitação a força normativa da “Constituição Social”). In: CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Direitos fundamentais sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1997.

_____. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. Tradução de Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Fabris, 1984.

_____. *Judicial review in the contemporary world*. Indianapolis, Kansas City; New York: The Bobbs-Merrill Company, 1971.

CAPPS, Patrick. Lauterpacht's method. *British Year Book of International Law*, v. 82, n. 1, p. 248-249, 2012.

CARINCI, Franco; TOSI, Paolo; DE LUCA TAMAJO, Raffaele; TREU, Tiziano. *Diritto del lavoro: il diritto sindacale*. 3. ed. Torino: UTET, 1994.

CASELLA, Paulo Borba. *Fundamentos do direito internacional pós-moderno*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CASTRO, Maria Silvia Portella de. Movimento sindical no Mercosul: trajetória e perspectivas de ação. In: LORENZETTI, Jorge; FACCIO, Odilon Luís (Orgs.). *O sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: LTr, 2000.

CHADE, Jamil. Por reforma trabalhista, OIT coloca Brasil em 'lista suja' de violações. *Estadão*, 28 maio 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,por-reforma-trabalhista-oit-coloca-brasil-em-lista-suja-de-violacoes,70002327317.amp>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CHAVES, Luana Hordones. Os documentos de direitos humanos do mundo muçulmano em perspectiva comparada. *Revista Mediações*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 245-262, jul./dez. 2014.

CHEVALLIER, Jacques. *O Estado pós-moderno*. Trad. Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. A primeira internacional operária e comuna de Paris. *Revista Aurora*, ano 5, n. 8, p. 165-183, ago. 2011.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO - CITE. Secção III - *Associações sindicais e associações de empregadores*. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/legis/CodTrab_LR1_008.html#L8_006>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. Subsecção II - *Constituição e organização das associações*. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/legis/CodTrab_LR1_008.html#L8_007>. Acesso em: 26 maio 2017.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. O controle de convencionalidade como parte de um constitucionalismo transnacional fundado na pessoa humana. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 60, p. 145-170, 2011.

CORDEIRO, Antonio Menezes. *Manual de direito do trabalho*. Coimbra: Almedina, 1991.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Interpretação dos direitos fundamentais sociais, solidariedade e consciência de classe. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Direitos fundamentais sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Gelman vs. Uruguay*. Sentencia de 24 de Febrero de 2011. (Fondo y Reparaciones). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_221_esp1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. *Caso Herzog y Otros vs. Brasil*. Sentencia de 15 de marzo de 2018. (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_esp.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. *Caso Lagos del Campo vs. Perú. Resumen Oficial Emitido por la Corte Interamerican a Sentencia de 31 de Agosto de 2017* (Excepciones preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_340_esp.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. *Caso Trabajadores Cesados del Congreso. (Aguado Alfaro y otros) vs. Perú*. Sentencia de 30 de noviembre de 2007. (Solicitud de Interpretación de la Sentencia de Excepciones preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_174_esp.doc>. Acesso em: 07 maio 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Trabajadores Cesados de Petroperú y Otros vs. Perú*. Sentencia de 23 de noviembre de 2017. (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_344_esp.doc>. Acesso em: 07 e 13 maio 2018.

_____. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. *Ficha Técnica: Boyce y otros vs. Barbados*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=264&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Caballero Delgado y Santana vs. Colombia*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=259&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Cabrera García y Montiel Flores vs. México*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=343&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Genie Lacayo vs. Nicaragua*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=278&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Huilca Tecse vs. Perú*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=250&lang=es>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Radilla Pacheco vs. México*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=360&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Suárez Rosero vs. Ecuador*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=315&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Tibi vs. Ecuador*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=239&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Ficha Técnica: Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro y otros) vs. Perú*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=192&lang=es>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Opinión Consultiva Oc-22/16, de 26 de febrero de 2016*. Solicitada por la República de Panamá. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_22_esp.doc>. Acesso em: 21 jul. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Corte San José, C.R.: A Corte, 2018. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/informe2017/portugues.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

_____. *Voto Disidente del Juez A.A. Cançado Trindade*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/votos/vsc_cancado_174_esp.doc>. Acesso em: 07 maio 2018.

LA CORTE Suprema volvió a garantizar la libertad sindical. *Agência de Notícias do Poder Judicial*, Centro de Información Judicial, 09 dic. 2009. Disponível em: <<http://www.cij.gov.ar/nota-3082-La-Corte-Suprema-volvi-a-garantizar-la-libertad-sindical.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

COSTA, José Augusto Fontoura; GOMES, Ana Virgínia Moreira. O parágrafo 3o. do art. 5o. da CF/88 e a internalização da Convenção 87 da OIT. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 33, n. 125, p. 115-132, jan./mar. 2007.

COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos. In: LOS DERECHOS fundamentales. SELA 2001 (Seminario en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política). Buenos Aires: Del Porto, 2003.

CRIVELLI, Ericson. A reforma sindical no Brasil e a jurisprudência da OIT em matéria de liberdade sindical. *Revista LTr*, São Paulo, ano 68, n. 1, p. 7-21, jan. 2004.

CUARTANGO, Oscar Antonio; CUARTANGO, Gonzalo. El modelo sindical argentino frente a las prescripciones de la OIT sobre libertad sindical y representación de los trabajadores. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 30, n. 116, p. 265-282, out./dez. 2004.

CUEVA, Mario de la. *Derecho mexicano del trabajo*. 3. ed. México: Editorial Porrúa, 1960. t. 2, p. 247.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DAVIDSON, J. S. East versus West: human rights and cultural difference. *Canterbury Law Review*, v. 8, p. 37-53, 2001-2002.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Direito coletivo do trabalho*. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2017.

_____. Sindicato no Brasil: problemas e perspectivas. In: PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). *Temas de direito sindical: homenagem a José Cláudio Monteiro de Brito Filho*. São Paulo: LTr, 2011.

_____; PORTO, Lorena Vasconcelos. O Estado de bem-estar social no capitalismo contemporâneo. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 33, n. 128, p. 155-164, out./dez. 2007.

DE LUCA, Carlos Moreira. Panorama do direito coletivo do trabalho na Itália. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 68, p. 71-77, jul./set. 1987.

DEVEALI, Mario L. *Tratado de derecho del trabajo*. 2. ed. Buenos Aires: La Ley, 1971. v. 1.

DUNNING, Harold. Orígenes del Convenio num. 87 sobre libertad sindical y derecho de sindicación. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 117, n. 2, p. 167-187, 1998.

DUTRA, Carlos Roberto de Alckmin. *Controle abstrato de constitucionalidade: análise dos princípios processuais aplicáveis*. São Paulo: Saraiva, 2012.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. *O conteúdo deontológico da liberdade sindical e a proteção contra os atos antissindicais e antirrepresentativos*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. *Sindicato mais representativo e mutação constitucional: uma proposta de releitura do art. 8º, II, da Constituição Federal*. São Paulo: LTr, 2007.

EIDE, Asbjørn. Economic, social and cultural rights as human rights. In: EIDE, Asbjørn; KRAUSE, Catarina; ROSAS, Allan (Eds.). *Economic, social, and cultural rights*. Dordrecht M. Nijhoff Publishers, 2001.

ENUNCIADO 47 - Contribuição Sindical: natureza jurídica tributária. Necessidade de Lei Complementar para sua alteração. 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho. Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17), 09-10 out. 2017. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Disponível em: <<http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ERMIDA URIARTE, Oscar. A aplicação judicial das normas constitucionais internacionais sobre direitos humanos trabalhistas. In: FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SOCIAIS. São Paulo: LTr, 2004.

_____. Intervenção e autonomia no direito coletivo do trabalho. Tradução: Kelly Karoline Bepe Fernandes e Sandro Lunard Nicoladeli. In: NICOLADELI, Sandro Lunard; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tatyana Scheila (Orgs.). *O direito coletivo, a liberdade sindical e as normas internacionais: o direito coletivo na OIT: normas, jurisprudência e reflexões sobre a normatividade protetiva da liberdade sindical*. São Paulo: LTr, 2013. v. 1, p. 11-19.

_____. *A proteção contra os atos anti-sindicais*. Trad. Irany Ferrari. São Paulo: LTr, 1989.

_____. *Sindicatos en libertad sindical*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1985.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1998.p. 27.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. *Case of Open Door and Dublin Well Woman v. Ireland*. Publ Cour Eur Droits Homme Sr A Arrets Decis. 1992 Oct 29;246:1-81. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12041096>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e tipologias do Estado de bem-estar social. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Orgs.). *O Estado de bem-estar social no século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Por um processo realmente efetivo: tutela processual de direitos humanos fundamentais e inflexões no “due process of law”*. São Paulo: LTr, 2016.

_____. A prisão civil do depositário judicial infiel economicamente capaz: um outro olhar. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 35, p. 109-135, jul./dez. 2009.

FERNANDES, Antônio Monteiro. *Curso de direito do trabalho*. 13. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Trad. Perfecto Andrés Ibáñez e Andrea Greppi. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

_____. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 3. ed. Trad. Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luis Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1995.

FERRER MAC-GREGOR, Eduardo. El control difuso de convencionalidad en el Estado constitucional. *Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México*, p. 151-188, 2010. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2873/9.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Interpretación conforme y control difuso de convencionalidad el nuevo paradigma para el juez mexicano. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Coords.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

FINKELSTEIN, Cláudio. *Hierarquia das normas no direito internacional: jus cogens e metaconstitucionalismo*. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREITAS, José Carlos Garcia de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Reflexões históricas sobre o tratamento constitucional dos direitos e garantias fundamentais. In: OLIVEIRA, José Carlos de (Org.). *Estudos de direitos fundamentais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: reflexões para uma nova agenda. *SUR: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-19, 2004.

GIUGNI, Gino. *Direito sindical*. Com a colaboração de Pietro Curzio e Mario Giovanni Garofalo; tradução e notas: Eiko Lucia Itiok. São Paulo: LTr, 1991.

GOLDIN, Adrián O. El papel del Estado. In: ERMIDA URIARTE, Oscar; OJEDA AVILES, Antonio (Coords.). *El derecho sindical en America Latina*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1995.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

GÓMEZ ISAZA, María Cristina. La historia del Estado social de derecho. *Estudios de Derecho*, Medellín, v. 63, n. 141, p. 73-99, abr. 2006.

GÓMEZ ZULUAGA, Alberto León. *Los derechos laborales: la libertad sindical*. San Jose: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

GREGORY, Charles O.; KATZ, Harold A. *Labor and the law*. 3. ed. New York: W.W. Norton & Company, 1986.

HENDERSON, Humberto. Los tratados internacionales de derechos humanos en el orden interno: la importancia del principio *pro homine*. *Revista IIDH: Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, San José, n. 39, p. 71-99, ene./jun. 2004.

HERKENHOFF, João Baptista. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994. v. 1, p. 124.

HITTERS, Juan Carlos. Control de constitucionalidad y control de convencionalidad. Comparación (Criterios fijados por la Corte Interamericana de Derechos Humanos). *Estudios Constitucionales*, ano 7, n. 2, p. 109-128, 2009.

HOROWITZ, Daniel L. *The italian labor movement*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Tradução Rosaura Eicherberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IGLESIAS CABERO, Manuel. *Derecho sindical y representación de los trabajadores*. Madrid: Colex, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 maio 2017.

ITÁLIA. *Testo Unico sulla Rappresentanza*. Confindustria – Ugl. Roma, 10 genn. 2014. Disponível em: <http://www.bollettinoadapt.it/wp-content/uploads/2014/05/tu_rappresentanza_confindustria_ugl_01_14.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

JACOBSEN, Kjeld Aagaard. Movimento sindical no Nafta. In: LORENZETTI, Jorge; FACCIO, Odilon Luís (Orgs.). *O sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: LTr, 2000.

JAYME, Erik. Direito internacional privado e cultura pós-moderna. *Caderno de Pós-Graduação em Direito – UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 1, n. 1, p. 105-114, 2003.

_____. Identité culturelle et intégration: le droit International privé postmoderne. *Recueil des Cours*, v. 251, p. 269- 267. The Netherlands: Martinus Nijhoff, 1995.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. 3. tir. Tradutor João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAFER, Celso. *A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais*. Barueri: Manole, 2005.

LASTRA LASTRA, José Manuel. La libertad sindical. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, México, v. 33, n. 98, p. 695-723, ene./abr. 2000.

LESLIE, Douglas L. *Labor law in a nutshell*. St. Paul: Minn West Group, 2000.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. A formação da doutrina dos direitos fundamentais. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 98, p. 411-422, 2003.

LIMA, Firmino Alves. O conflito entre o princípio da unicidade sindical previsto no art. 8º, II, da Constituição Federal de 1988 e o princípio internacional da liberdade sindical. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 34, p. 177-205, jan./jul. 2009.

_____. *Mecanismos antidiscriminatórios nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.

LOUREIRO, João Carlos. Adeus ao Estado social? O insustentável peso do não ter. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 83, p. 99-182, 2007.

MAGALHÃES, Guilherme. Brasil é avaliado pela ONU no Conselho de Direitos Humanos. *Folha de S. Paulo*, 05 maio 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2017/05/1881067-brasil-e-avaliado-pela-onu-no-conselho-de-direitos-humanos.shtml?mobile>>. Acesso em: 07 maio 2017.

MAGANO, Octavio Bueno. *Manual de direito do trabalho: direito coletivo do trabalho*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 1993. v. 3.

_____. *Organização sindical brasileira*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1982.

_____. Washington Luís e a questão social. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 90, p. 46-65, jan./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67288>>.

MANOILESCO, Mihail. *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e pura*. Trad. Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MANSUETI, Hugo Roberto. *Direito sindical no Mercosul*. Trad. Yone Frediani. São Paulo: LTr, 2004.

MARINHO, Ilmar Penna. *O funcionamento do sistema interamericano dentro do sistema mundial*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

MARINONI, Luiz Guilherme. Controle de convencionalidade (na perspectiva do direito brasileiro). In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Coords.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, Luciano. *Condutas antissindicais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTÍNEZ SALGUEIRO, María Elena. *Derechos económicos, sociales y culturales en las relaciones laborales*: OIT. Análisis de la situación em América Latina. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996. Disponível em: <<http://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1840/11.pdf>>.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MASSONI, Túlio de Oliveira. *Da indispensabilidade da liberdade sindical para a consolidação democrática: Itália, Espanha e os desafios do Brasil*. 2010. Tese (Doutorado) – programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Experiência sindical na Itália e na Espanha: do corporativismo à liberdade sindical. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA. EXPERIÊNCIAS SINDICAIS NO BRASIL E NO ESTRANGEIRO: CORPORATIVISMO E LIBERDADE SINDICAL, 20-22 maio 2013. Coordenação da Profa. Walküre Lopes Ribeiro da Silva e Vice-Coordenação do Prof. Otávio Pinto e Silva. São Paulo, 2014.

MATSUI, Shigenori. The protection of “fundamental human rights” in Japan. In: PEERENBOOM, Randall; PETERSEN, Carole J.; CHEN, Albert H. Y. (Eds.). *Human rights in Asia: a comparative legal study of twelve Asian jurisdictions, France and the USA*. London: Routledge, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *O controle jurisdicional da convencionalidade das leis*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Direitos humanos, constituição e os tratados internacionais: estudo analítico e aplicação do tratado na ordem jurídica brasileira*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

_____. Integração das convenções e recomendações internacionais da OIT no Brasil e sua aplicação sob a perspectiva do princípio *pro homine*. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 3, p. 233-254, jul./set. 2013.

MEIRELLES, Davi Furtado. Liberdade sindical: o modelo ideal. *Revista LTr*, São Paulo, ano 74, n. 5, p. 542-552, maio, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3. ed. atual. São Paulo: Malheiros Ed., 2002.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____. O §2º do artigo 5º da Constituição Federal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MELO, Sandro Nahmias. *Meio ambiente do trabalho: direito fundamental*. São Paulo: LTr, 2001.

_____; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. *Direito à desconexão do trabalho: com análise crítica da reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017)*. São Paulo: LTr, 2018.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. Asociaciones sindicales. *Infoleg*, información legislativa. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/46044/norma.htm>>. Acesso em: 26 maio 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical. CONALIS. *Nota Técnica n. 1º, de 27 de abril de 2018*. Disponível em: <<https://www.jota.info/wp-content/uploads/2018/04/nota-tecnica-n-1-da-conalis-contribuicao-sindical-2018-04-27-vf.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

MIRANDA, Jorge. Estado social e direitos fundamentais. *Revista da Faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-19, 2003/2004.

_____. *Manual de direito constitucional*. Coimbra: Coimbra Ed., 1990. t. 11.

MIRANDA, Jorge. Os novos paradigmas do Estado social. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, n. 40/41, p. 13-27, jan./dez. 2011.

MOLERO MANGLANO, Carlos. *Derecho sindical*. Madrid: Dykinson, 1996.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos art. 1º ao 5º da Constituição Federal: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MORATO GARCIA, Rosa María; SASTRE IBARRECHE, Rafael. Una aproximación al derecho sindical (notas y materiales para comprender el sistema español de relaciones colectivas de trabajo). Salamanca: Ratio Legis Ediciones, 2013.

MOREIRA, António José. Modelo das relações laborais em Portugal. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 32, n. 122, p. 199-208, abr./jan. 2006.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de direito sindical*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2000.

_____. *Compêndio de direito sindical*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2012.

_____. *Direito sindical*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. A liberdade sindical na perspectiva do direito legislado brasileiro. In: FREDIANI, Yone; ZAINAGLI, Domingos Sávio (Coords.). *Relações de direito coletivo Brasil-Itália*. São Paulo: LTr, 2004.

_____. *A política trabalhista e a Nova República*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 1987.

NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *O Estado capitalista e as suas máscaras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

OKYIR, Nana Tawiah. Toward a progressive realisation of socio-economic rights in Ghana: a socio-legal analysis. *African Journal of International and Comparative Law*, v. 2, n. 1, p. 91-113, 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Carta Democrática Interamericana*. Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm. Acesso em: 14 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Convenção Americana Sobre Direitos Humanos*. (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969). Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 01 mar. 2018.

_____. Departamento de Direito Internacional Secretaria de Assuntos Jurídicos. *Carta da Organização dos Estados Americanos*. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *C098 - Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva*. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Declaração de Filadélfia. Declaração da OIT. Relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*. Lisboa: Gabinete para a Cooperação. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, 2007. (Documentos fundamentais da OIT). Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. *Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*. Adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na 97ª Sessão, Genebra, 10 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao_justicasocial.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. *Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. *A liberdade sindical*. Recopilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. 19. ed. Organização Internacional do Trabalho – Genebra. Brasília-DF: Organização Internacional do Trabalho, 1997.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. ARG-1988-L-4984. *Libertad sindical, negociación colectiva y relaciones laborales*. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=es&p_isn=4984>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. Conferencia Internacional del Trabajo, 81ª Reunión, 1994. Informe III (Parte 4B). *Libertad sindical y negociación colectiva*. Estudio general de las memorias sobre el Convenio (núm. 87) sobre la libertad sindical y la protección del derecho de sindicación, 1948, y el Convenio (núm. 98) sobre el derecho de sindicación y de negociación colectiva, 1949. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1994.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. Conferencia Internacional del Trabajo, 81ª Reunión, 1994. *Libertad sindical y negociación colectiva*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1994. Disponível em: <http://white.lim.ilo.org/qvilis_mundial/spanish/infobd/l_capiii.html>. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Conferencia Internacional del Trabajo, 95ª Reunión, 2006. Informe V (1). *La relación de trabajo*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2006.

_____. *Informe de la Comisión de Expertos em Aplicación de Convenios y Recomendaciones*. Conferencia Internacional del Trabajo, 107ª Reunión, Ginebra, 2018. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_617067.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. La libertad sindical. Recopilación de decisiones y principios del Comité de Libertad Sindical del Consejo de Administración de la OIT. 5. ed. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2006.

_____. Oficina Internacional del Trabajo. *Celebración del 60º aniversario del convenio núm. 98: el derecho de sindicación y de negociación colectiva en el siglo XXI*. Ginebra, 2010.

_____. *Ratificaciones de Argentina*. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102536>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PALOMBELLA, Gianluigi. Dai diritti umani ai diritti fondamentali: sulle conseguenze di una distinzione concettuale. *Sociologia del Diritto*, Milano, v. 31, n. 2, p. 61-107, 2004.

PALOMEQUE LÓPEZ, Manuel Carlos; ÁLVAREZ DE LA ROSA, Manuel. *Derecho del trabajo*. Madrid: Ed Centro de Estudios Ramon Areces, 1994.

PEQUENO, Marconi José P. Filosofia dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

PERA, Giuseppe. *Compendio di diritto del lavoro*. 5. ed. Milano: Giuffrè, 2000.

PERALTA ESCURRA, María Alejandra; MERLO FAELLA, Ricardo José. *El control de convencionalidad: aplicabilidad en Paraguay*. Asunción: Marben Editora y Gráfica, 2016.

PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. *Constituição e liberdade sindical*. São Paulo: LTr, 2007.

_____. Revisitando o conceito de autonomia sindical. In: PORTO, Lorena Vasconcelos; PEREIRA, Ricardo José Macedo de Brito (Orgs.). *Temas de direito sindical: homenagem a José Cláudio Monteiro de Brito Filho*. São Paulo: LTr, 2011.

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Los derechos fundamentales*. 7. ed. Madrid: Tecnos, 1998.

_____. *Los derechos fundamentales*. 9. ed. Madrid: Tecnos, 2007.

_____. *Derechos humanos, Estado de derecho y Constitución*. 8. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2003.

PERONE, Giancarlo; BOSON, Luís Felipe Lopes. *Sindicatos na União Europeia e no Brasil: estímulos para uma reflexão comparativa*. São Paulo: LTr, 2015.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. *O controle difuso de constitucionalidade das leis no ordenamento brasileiro: aspectos constitucionais e processuais*. São Paulo: Malheiros Ed., 2010.

PIMENTEL, Dinaura Godinho. Aspectos da evolução do sistema italiano: uma experiência para o Brasil. *Revista LTr*, São Paulo, ano 52, n. 3, p. 262-276, mar. 1988.

PINTO, Monica. *Temas de derechos humanos*. Buenos Aires: Del Porto, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Controle de convencionalidade, direitos humanos e diálogo entre jurisdições. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Coords.). *Controle de convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

_____. Direitos humanos e diálogo entre jurisdições. In: FIGUEIREDO, Marcelo; CONCI, Luiz Guilherme Arcaro (Coords.); GERBER, Konstantin (Org.). *A jurisprudência e o diálogo entre tribunais: a proteção dos direitos humanos em um cenário de constitucionalismo multinível*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

_____. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 13. ed. 2. tir. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Direitos fundamentais sociais: considerações acerca da legitimidade política e processual do Ministério Público e do sistema de justiça para sua tutela*. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2006.

15 PAÍSES com mais trabalhadores autônomos. *Forbes*, 04 jul. 2008. Disponível em: <<http://forbes.uol.com.br/carreira/2018/07/15-paises-com-mais-trabalhadores-autonomos/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Teoria do direito e teoria dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

RAMOS, André de Carvalho. O diálogo das cortes: O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do; JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs). *O STF e o direito internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

_____. *Direitos humanos em juízo*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. *Processo internacional de direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. O Supremo Tribunal Federal e os tratados de direitos humanos: o “Diálogo das Cortes” e a teoria do duplo controle. In: FIGUEIREDO, Marcelo; CONCI, Luiz Guilherme Arcaro (Coords.); GERBER, Konstantin (Org.). *A jurisprudência e o diálogo entre tribunais: a proteção dos direitos humanos em um cenário de constitucionalismo multinível*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

_____. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RAMOS, Elival da Silva. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REFORMA trabalhista e contribuição sindical. Informativo nº 908. *Supremo Tribunal Federal*. Pesquisa de jurisprudência. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%285794%2EPR OC%2E%29&base=baseInformativo&url=http://tinyurl.com/ybhyh5lf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

REIS, Sérgio Cabral dos. Justiça social e direito à igualdade no Estado democrático de direito: a responsabilidade do Estado na consolidação da cidadania. *Revista Trabalhista: direito e processo*, Brasília, v. 11, n. 43, p. 17-35, jul./set. 2012.

REZENDE, Sandor José Ney. *A proteção contra atos antissindicais no sistema brasileiro de relações do trabalho: uma proposta de aprimoramento*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Alex. Crescem queixas contra o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da OEA. *Agência Brasil EBC*, 21 nov. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/aumentam-queixas-contra-o-brasil-na-comissao-interamericana-de>>. Acesso em: 13 maio 2018.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Dogmática da liberdade sindical: direito, política, globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

RODRIGUEZ-PIÑERO BRAVO FERRER, Miguel; VILLAVICENCIO RIOS, Alfredo. La libertad sindical em las constituciones latinoamericanas. In: ERMIDA URIARTE, Oscar; OJEDA AVILES, Antonio (Coords.). *El derecho sindical en America Latina*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria 1995.

ROMITA, Arion Sayão. *Organização sindical, Justiça do Trabalho, direito à greve na Constituição*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1987.

RUIZ-CHIRIBOGA, Oswaldo R. The American convention and the protocol of San Salvador: two intertwined treaties. Non-enforceability of economic, social and cultural rights in the inter-american system. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Cambridge, v. 31, n. 2, p. 159-186, June 2013.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios gerais de direito sindical*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

SAGÜÉS, Néstor Pedro. El “control de convencionalidad” en el sistema interamericano y sus anticipos en el ámbito de los derechos económico-sociales. Concordancias y diferencias con el sistema europeo. *Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México*, p. 381-417, 2011. Disponível em <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/7/3063/16.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Obligaciones internacionales y control de convencionalidad. *Estudios Constitucionales*, Centro de Estudios Constitucionales de Chile Universidad de Talca, año 8, n. 1, p. 117-136, 2010.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. Os sistemas regionais de proteção de direitos humanos, os direitos sociais e os direitos dos povos. *Justificando*, 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2014/11/10/os-sistemas-regionais-de-protecao-de-direitos-humanos-os-direitos-sociais-e-os-direitos-dos-povos/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SANGUINETI RAYMOND, Wilfredo. *Lesión de la libertad sindical y comportamientos antisindicales*: estudio de la estructura y el contenido del juicio de antisindicalidad. Madrid: Centro de Publicaciones, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *Noções de direito do trabalho*. Trad. Mozart Victor Russomano e Carlos Alberto G. Chiarelli. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1973.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *Fundamentos do direito coletivo do trabalho nos Estados Unidos da América, na União Europeia, no Mercosul e a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. Reforma sindical e Emenda Constitucional n. 45/2004: fontes formais de sustentação do novo modelo sindical. In: SANTOS, Enoque Ribeiro dos; SILVA, Otavio Pinto e (Coords.); CRAVO, Silmara Cosme; FIORAVANTE, Tamira Maira (Orgs.). *Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional*. São Paulo: LTr, 2006.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. Aspectos da atuação do Ministério Público do Trabalho em matéria sindical (EC. n. 45/2004) à luz dos princípios do Comitê de Liberdade Sindical da OIT. *Revista LTr*, São Paulo, ano 70, n. 11, p. 1338-1348, nov. 2006.

SARCEDO, Cristiana Lapa Wanderley. Direito coletivo do trabalho nos Estados Unidos da América: exclusividade de representação do sindicato eleito pelos trabalhadores. In: SANTOS, Enoque Ribeiro dos; SILVA, Otavio Pinto e (Coords.); CRAVO, Silmara Cosme; FIORAVANTE, Tamira Maira (Orgs.). *Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional*. São Paulo: LTr, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2003.

_____. O Supremo Tribunal Federal e o controle interno de convencionalidade na base dos tratados internacionais de direitos humanos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 42, n. 266, p. 23-51, abr. 2017.

SCHREGLE, Johannes. Las relaciones laborales em Europa occidental: algunas cuestiones de actualidad. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 89, n. 1, p. 1-24, ene. 1974.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Sindicalismo na Europa e sindicalismo europeu. In: LORENZETTI, Jorge; FACCIO, Odilon Luís (Orgs.). *O sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: LTr, 2000.

SCOGNAMIGLIO, Renato. *Manuale di diritto del lavoro*. 2. ed. Napoli: Jovene, 2005.

SHIEBER, Benjamin M. *Iniciação ao direito norte-americano*. São Paulo: LTr, 1988.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 38. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Ed., 2015.

SILVA, Otavio Pinto e. O Brasil precisa de uma reforma sindical? In: SANTOS, Enoque Ribeiro dos; SILVA, Otavio Pinto e (Coords.); CRAVO, Silmara Cosme; FIORAVANTE, Tamira Maira (Orgs.). *Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional*. São Paulo: LTr, 2006.

_____. A questão da liberdade sindical. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008. v. 3, p. 66-85.

SILVA, Túlio Macedo Rosa e. *Assistência jurídica gratuita como direito fundamental social diante da liberdade de exercício de funções sindicais*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. *Crise de representatividade e participação dos sindicatos em políticas ativas de emprego*. Tese (Professor Titular de Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Direito do trabalho brasileiro: principais aspectos de sua evolução histórica e as propostas de modernização. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Brasília, v. 69, n. 2, p. 120-138, jul./dez. 2003.

_____. Experiência sindical alemã: República de Weimar, nazismo e redemocratização. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA. EXPERIÊNCIAS SINDICAIS NO BRASIL E NO ESTRANGEIRO: CORPORATIVISMO E LIBERDADE SINDICAL, 20-22 maio 2013. Coordenação da Profa. Walküre Lopes Ribeiro da Silva e Vice-Coordenação do Prof. Otávio Pinto e Silva. São Paulo, 2014.

_____. Liberdade sindical no contexto dos direitos humanos: a experiência da OIT. *Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 205-222, jan./jun. 2006.

_____; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio de Oliveira. Liberdade sindical e direitos humanos. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, v. 16, n. 31, p. 47-66, mar. 2006.

SOUSA, Filipe Venade de. O controle de convencionalidade da convenção das nações unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência: uma visão portuguesa. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 102, n. 938, p. 183-210, dez. 2013.

STF declara constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória. *Notícias STF*, 29 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382819>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SWEPSTON, Lee. Desarrollo de las normas sobre derechos humanos y libertad sindical mediante el control de la OIT. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, v. 117, n. 2, p. 189-215, 1998.

TARELLO, Giovanni. *Teorías e ideologías en el derecho sindicalla experiencia italiana después de la Constitución*. Tradução de José Luis Monereo Pérez e José Antonio Fernández Avilés. Granada: Comares Editorial, 2002.

TOMUSCHAT, Christian. *Human rights: between idealism and realism*. New York: Oxford University Press, 2003.

TORRES, Ricardo Lobo. *O direito ao mínimo existencial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TOSI, Giuseppe. História conceitual dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba. *Processo nº ACC-0010351-27.2018.5.15.0012*. Ação Civil Pública. Autor Sindicato dos Professores de Campinas. Advogado Alexandre Palhares de Andrade. Réu Centro Educacional Terras do Engenho Eireli. Juiz do Trabalho Firmino Alves Lima. Cedido pelo autor.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Correção Parcial ou Reclamação Correicional* (88) Nº 1000178-77.2018.5.00.0000. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=rtf&highlight=true&numeroFormatado=CorPar%20-%201000178-77.2018.5.00.0000&base=despacho&rowid=AAANmhAA+AAAfjDAAB&dataPublicacao=10/04/2018&localPublicacao=DEJT&query=>>>. Acesso em: 30 maio 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Desafios e conquistas do direito internacional dos direitos humanos no início do século XXI*. Conferências proferidas pelo autor no XXXIII Curso de direito internacional organizado pela Comissão Jurídica Interamericana da OEA. 18, 21-22 ago. 2006, Rio de Janeiro, p. 408-490. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/esp/407-490%20cancado%20trindade%20OEA%20CJI%20%20.def.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. *A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas*. 2. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. v. 1.

VASQUEZ VIALARD, Antonio. Cincuenta anos en la evolucion del derecho del trabajo argentino. *Anales de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Cordoba*, v. 30, n. 2, p. 267-324, 1991.

VAZ, Paulo Junio Pereira. *Controle de convencionalidade das leis*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

VELOSO, Zeno. *Controle jurisdicional de constitucionalidade*. Belém: Cejup, 1999.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, [1943].

VIANNA, José de Segadas. *O sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1953.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de direito. *SUR: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 29-51, 2007.

VIGEVANI, Tullo. *Mercosul: impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTr, 1998.

VILLASMIL PRIETO, Humberto. Introducción a la libertad sindical. *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, Universidade Central de Venezuela, Caracas, v. 39, n. 91, p. 225-270, 1994.

YASUI, Hiroki. Social changes and organizational adaptations in the age of the post-welfare state: diversified responses of political parties and trade unions in Germany. *Kobe University Law Review*, Kobe, n. 42, p. 13-27, 2008.

ZAS, Oscar. El impacto del derecho internacional de los derechos humanos laborales en el ordenamiento jurídico argentino. *Revista Fórum Trabalhista*, Belo Horizonte, v. 3, n. 10, p. 85-172, jan./fev. 2014.

APÊNDICE

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS

OPINIÓN CONSULTIVA OC-22/16 DE 26 DE FEBRERO DE 2016 SOLICITADA POR LA REPÚBLICA DE PANAMÁ

TITULARIDAD DE DERECHOS DE LAS PERSONAS JURÍDICAS EN EL SISTEMA INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS (INTERPRETACIÓN Y ALCANCE DEL ARTÍCULO 1.2, EN RELACIÓN CON LOS ARTÍCULOS 1.1, 8, 11.2, 13, 16, 21, 24, 25, 29, 30, 44, 46 Y 62.3 DE LA CONVENCIÓN AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS, ASÍ COMO DEL ARTÍCULO 8.1.A Y B DEL PROTOCOLO DE SAN SALVADOR)

Sindicatos, federaciones y confederaciones – Análisis del artículo 8 del Protocolo de San Salvador

85. El Protocolo de San Salvador fue adoptado el 17 de noviembre de 1988, entró en vigor el 16 de noviembre de 1999 y a la fecha ha sido ratificado por 16 Estados¹. Los derechos sindicales están consagrados en el artículo 8 del Protocolo en los siguientes términos:

1. Los Estados partes garantizarán:
 - a. el derecho de los trabajadores a organizar sindicatos y a afiliarse al de su elección, para la protección y promoción de sus intereses. Como proyección de este derecho, los Estados partes permitirán a los sindicatos formar federaciones y confederaciones nacionales y asociarse a las ya existentes, así como formar organizaciones sindicales internacionales y asociarse a la de su elección. Los Estados partes también permitirán que los sindicatos, federaciones y confederaciones funcionen libremente;
 - b. el derecho a la huelga.
2. El ejercicio de los derechos enunciados precedentemente sólo puede estar sujeto a las limitaciones y restricciones previstas por la ley, siempre que éstos sean propios a una sociedad democrática, necesarios para salvaguardar el orden público, para proteger la salud o la moral públicas, así como los derechos y las libertades de los demás. Los miembros de las fuerzas armadas y de policía, al igual que los de otros servicios públicos esenciales, estarán sujetos a las limitaciones y restricciones que imponga la ley.
3. Nadie podrá ser obligado a pertenecer a un sindicato. (Subrayado fuera del texto)

86. Al respecto, la Corte reitera que tiene competencia para decidir sobre casos contenciosos en torno a los derechos contenidos en el artículo 8.1.a en virtud de lo dispuesto en el artículo 19.6 del Protocolo. En efecto, este último permite la aplicación del sistema de peticiones individuales regulado por los artículos 44 a 51 y 61 a 69 de la Convención Americana si los derechos sindicales o el derecho a la educación (artículo 13 del Protocolo) fueran violados por una acción u omisión imputable directamente a un Estado Parte del Protocolo².

87. Hasta el momento, la Corte no ha tenido la oportunidad para pronunciarse sobre alegadas violaciones de los referidos derechos sindicales. Sin embargo, en un caso relativo a un dirigente sindical, el Tribunal tuvo oportunidad de hacer referencia a “lo señalado en el Protocolo de San Salvador [...] y en el Convenio No. 87 de la OIT

¹Los Estados que han ratificado el Protocolo son: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Suriname y Uruguay (Departamento de Derecho Internacional de la OEA, Información General del Tratado).

²Cfr. *Caso Gonzales Lluy y otros Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 01 de septiembre de 2015. Serie C No. 298, párr. 234.

relativo a la Libertad Sindical y a la Protección del Derecho de Sindicación [...], los cuales en sus artículos 8.1.a y 11, respectivamente, comprenden la obligación del Estado de permitir que los sindicatos, federaciones y confederaciones funcionen libremente”³.

88. Por otra parte, la Corte nota que la redacción del artículo 8.1.a del Protocolo es ambigua en tanto no queda claro si confiere o no titularidad de derechos a los sindicatos, las federaciones y las confederaciones. Para dar respuesta a este interrogante, el Tribunal considera relevante referirse a los métodos de interpretación mencionados anteriormente (*supra* párrs. 35 y 36). Así, la Corte procederá a analizar el alcance del artículo 8.1.a, respecto a los términos “como proyección de este derecho” y “permitir”. Para ello, la Corte interpretará la referida disposición de buena fe, conforme al sentido corriente que haya de atribuirse a sus términos vistos en su contexto y teniendo en cuenta el objeto y fin del Protocolo de San Salvador (*supra* párrs. 35 y 36).

89. Respecto al sentido corriente de los términos (*supra* párr. 37), la Corte destaca que el referido artículo 8.1.a del Protocolo hace una aparente diferenciación entre los trabajadores, por un lado, y los sindicatos, las federaciones y las confederaciones, por el otro. Inicialmente, dicho artículo señala que debe “garantizarse” el derecho de los trabajadores a organizar sindicatos y a afiliarse al de su elección y, con posterioridad a ello, indica que como proyección de este derecho, se les “permitirá” a los sindicatos, las federaciones y las confederaciones su libre funcionamiento y a los sindicatos, adicionalmente, asociarse.

90. La Corte pasará a determinar si el uso de los términos “proyectar” y “permitir” tiene un efecto determinante para negar el surgimiento de derechos subjetivos a favor de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones. El Tribunal nota que, según el diccionario de la Real Academia de la Lengua, “permitir”, “proyección” y “proyectar” tienen diferentes significados. Las acepciones de dichas palabras más cercanas al contenido del artículo 8.1.a serían: i) permitir: “[h]acer posible algo”⁴; ii) proyección: “[a]cción y efecto de proyectar [o r]esonancia o alcance de un hecho o de las cualidades de una persona”⁵, y iii) proyectar: “[i]dear, trazar o proponer el plan y los medios para la ejecución de algo [o h]acer visible sobre un cuerpo o una superficie la figura o la sombra de otro”⁶.

91. De acuerdo al sentido corriente de los términos, la Corte entiende entonces que cuando el artículo señala que los Estados “permitirán”, lo que la norma busca es que los Estados hagan posible el libre funcionamiento de los sindicatos, las federaciones y confederaciones, así como que se asocien y formen federaciones y confederaciones nacionales, y organizaciones sindicales internacionales. Ese libre funcionamiento implica que estas organizaciones colectivas tienen la capacidad de, por ejemplo, crear sus propios estatutos, elegir a sus representantes o manejar sus finanzas. Asimismo, asociarse y formar otras organizaciones colectivas también supone que tienen la capacidad para llevar a cabo esos actos. La capacidad de obrar implica la existencia de la personalidad jurídica de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones. Ello conlleva a la Corte a concluir que el uso del término “permitir” en el marco del artículo 8 del Protocolo presupone entonces que los sindicatos, las federaciones y las confederaciones constituyen personas jurídicas distintas a sus asociados con capacidad diferente a las de ellos para contraer obligaciones, y adquirir y ejercer

³ Caso *Huilca Tecse Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 03 de marzo de 2005. Serie C No. 121, párr. 74.

⁴ Real Academia de la Lengua, Diccionario de la lengua española, Edición del tricentenario <http://dle.rae.es/?w=permitir&m=form&o=h>.

⁵ Real Academia de la Lengua, Diccionario de la lengua española, Edición del tricentenario <http://dle.rae.es/?w=proyecci%C3%B3n&o=h>.

⁶ Real Academia de la Lengua, Diccionario de la lengua española, Edición del tricentenario <http://dle.rae.es/?w=proyectar&m=form&o=h>.

derechos, tales como, al libre funcionamiento. Además, las organizaciones sindicales tendrían el derecho de asociarse y formar federaciones y confederaciones nacionales, y organizaciones sindicales internacionales.

92. Sumado a lo anterior, cuando el artículo 8.1.a indica que “como proyección” del derecho de los trabajadores, el Estado permitirá a los sindicatos, las federaciones y las confederaciones actuar libremente así como a los sindicatos asociarse y formar federaciones y confederaciones nacionales, y organizaciones sindicales internacionales, lo que la norma hace es darle un alcance al derecho de los trabajadores más amplio que el solo hecho de poder organizar sindicatos y afiliarse al de su elección. Esto lo logra especificando los medios mínimos a través de los cuales los Estados garantizarán el ejercicio de dicho derecho. En consecuencia, el derecho que la norma consagra a favor de los trabajadores constituye un marco a través del cual se generan derechos más específicos en cabeza de los sindicatos, las federaciones y confederaciones como sujetos de derechos autónomos, cuya finalidad es permitirles ser interlocutores de sus asociados, facilitando a través de esta función una protección más extensa y el goce efectivo del derecho de los trabajadores.

93. Con relación a una interpretación sistemática, la Corte nota que el encabezado del artículo 8 del Protocolo es “derechos sindicales”. En este sentido, el ámbito de aplicación de dicha disposición hace referencia a los derechos relativos a la actividad sindical que nace de la voluntad de los individuos de asociarse y se materializa en la creación de sindicatos que, a su vez, pueden asociarse entre ellos y crear federaciones, confederaciones u organizaciones sindicales cuyo funcionamiento debe ser libre para ser efectivo. En este sentido, el encabezado abarca los derechos reconocidos en la norma, a saber el de los trabajadores a organizar sindicatos y afiliarse al de su elección, así como el de los sindicatos a asociarse y el de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones a funcionar libremente. Adicionalmente, si bien las demás versiones originales tienen el mismo encabezado⁷, la Corte constata que la versión en inglés indica “Trade Union Rights” lo que podría entenderse en el sentido ya descrito en este párrafo pero igualmente como los derechos reconocidos a los sindicatos.

94. Adicionalmente, como se mencionó de manera previa (*supra* párr. 44), en el marco de la interpretación sistemática de una norma están comprendidos no solo el texto del tratado al que pertenece sino también el sistema dentro del cual se inscribe. En consecuencia, la Corte nota que el artículo 45.c de la Carta de la OEA⁸ contiene el reconocimiento de la personalidad jurídica de las asociaciones de trabajadores y las de empleadores y consagra la protección de su libertad e independencia. Además, el 45.g del mismo instrumento hace un reconocimiento de la contribución de los sindicatos a la sociedad. En efecto, dicho artículo establece que:

“Los Estados miembros, convencidos de que el hombre sólo puede alcanzar la plena realización de sus aspiraciones dentro de un orden social justo, acompañado de desarrollo económico y verdadera paz, convienen en dedicar sus máximos esfuerzos a la aplicación de los siguientes principios y mecanismos: [...]

c) Los empleadores y los trabajadores, tanto rurales como urbanos, tienen el derecho de asociarse libremente para la defensa y promoción de sus intereses, incluyendo el derecho de negociación colectiva y el de huelga por parte de los trabajadores, el reconocimiento de la personería jurídica de las asociaciones y la protección de su libertad e independencia, todo de conformidad con la legislación respectiva [...]

g) El reconocimiento de la importancia de la contribución de las organizaciones, tales como los sindicatos, las cooperativas y asociaciones culturales, profesionales, de

⁷La Corte constata que el encabezado es el mismo en las demás versiones auténticas del texto. En inglés: Trade Union Rights; en portugués: Direitos sindicais, y en francés: Droits syndicaux.

⁸Carta de la Organización de los Estados Americanos. Adoptada en Bogotá, Colombia el 30 de abril de 1948. Entrada en vigor el trece de diciembre de 1951.

negocios, vecinales y comunales, a la vida de la sociedad y al proceso de desarrollo".
(Subrayado fuera del texto)

95. Por otra parte, la Corte reitera que el Protocolo de San Salvador es parte de la Convención Americana y el *principio pro persona* se encuentra contenido en la misma. En este orden de ideas, el Tribunal recuerda que de acuerdo a dicho principio, al interpretarse el artículo 8.1.a del Protocolo debe optarse por la interpretación que sea más garantista y que, por tanto, no excluya o limite el efecto que pueden tener otros instrumentos como la Carta de la OEA. De acuerdo a lo sostenido previamente, el artículo 45.c de este instrumento reconoce derechos a las asociaciones de empleadores y a las de trabajadores. Asimismo, el artículo 10 de la Carta Democrática⁹ propende, a través de su remisión a la Declaración de la OIT¹⁰, por el respeto de la libertad sindical, la cual abarca no solamente el derecho de los trabajadores a asociarse sino asimismo el derecho de las asociaciones por ellos constituidas de funcionar libremente.

96. Al respecto, la Corte reitera que "la libertad para asociarse y la persecución de ciertos fines colectivos son indivisibles, de modo que una restricción de las posibilidades de asociarse representa directamente, y en la misma medida, un límite al derecho de la colectividad de alcanzar los fines que se proponga. De ahí la importancia de la adecuación con la Convención del régimen legal aplicable a los sindicatos y de las acciones del Estado, o que ocurran con tolerancia de éste, que pudieran hacer inoperante este derecho en la práctica"¹¹. De acuerdo a lo anterior, el Tribunal entiende que la protección de los derechos de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones es indispensable para salvaguardar el derecho de los trabajadores a organizar sindicatos y a afiliarse al de su elección. Por su naturaleza misma, dichos entes colectivos buscan ser interlocutores por medio de los cuales se protejan y promuevan los intereses de sus asociados, así que una desprotección de sus derechos se traduciría en un impacto de mayor intensidad en sus asociados ya que se generaría una afectación o limitación del goce efectivo de los trabajadores a organizarse colectivamente.

97. En consecuencia, la Corte considera que la interpretación más favorable del artículo 8.1.a conlleva entender que allí se consagran derechos a favor de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones, dado que son interlocutores de sus asociados y buscan salvaguardar y velar por sus derechos e intereses. Llegar a una conclusión diferente implicaría excluir el efecto de la Carta de la OEA y, por ende, desfavorecer el goce efectivo de los derechos en ella reconocidos.

98. Respecto al objeto y fin del Protocolo de San Salvador, la Corte nota que el preámbulo de dicho instrumento señala que la finalidad de los protocolos a la Convención Americana es la "de incluir progresivamente en el régimen de protección de la misma otros derechos y libertades". Igualmente, resalta la importancia de reafirmar, desarrollar, perfeccionar y proteger los derechos económicos, sociales y

⁹El artículo 10 de la Carta Democrática Interamericana establece que: "La promoción y el fortalecimiento de la democracia requieren el ejercicio pleno y eficaz de los derechos de los trabajadores y la aplicación de normas laborales básicas, tal como están consagradas en la Declaración de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) relativa a los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo y su Seguimiento, adoptada en 1998, así como en otras convenciones básicas afines de la OIT. La democracia se fortalece con el mejoramiento de las condiciones laborales y la calidad de vida de los trabajadores del Hemisferio". Carta Democrática Interamericana, Vigésimo octavo período extraordinario de sesiones 11 de septiembre de 2001, Lima, Perú.

¹⁰La Declaración de la OIT establece que los miembros de dicha organización están comprometidos a respetar y promover los principios relativos a los siguientes derechos fundamentales: "libertad de asociación y la libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva; la eliminación de todas las formas de trabajo forzoso u obligatorio; la abolición efectiva del trabajo infantil; y la eliminación de la discriminación en materia de empleo y ocupación". Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo y su seguimiento, Adoptada por la Conferencia Internacional del Trabajo en su octogésima sexta reunión, Ginebra, 18 de junio de 1998.

¹¹*Caso Huilca Tecse Vs. Perú*, párr. 70.

culturales en función de la consolidación de la democracia en América, “así como el derecho de sus pueblos al desarrollo, a la libre determinación y a disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales”. El preámbulo afirma que el ideal del ser humano libre puede realizarse únicamente a través de la creación de “las condiciones que permitan a cada persona gozar de sus derechos económicos, sociales y culturales, tanto como de sus derechos civiles y políticos”. Asimismo, sostiene que la vigencia de los derechos civiles y políticos y los derechos económicos, sociales y culturales tiene una estrecha relación y “las diferentes categorías de derechos constituyen un todo indisoluble que encuentra su base en el reconocimiento de la dignidad de la persona humana, por lo cual exigen una tutela y promoción permanente con el objeto de lograr su vigencia plena”. De lo anterior, se deriva que la protección de los derechos económicos, sociales y culturales que se pretende alcanzar con el Protocolo de San Salvador busca salvaguardar no solo la dignidad humana sino también, y en igual medida, la democracia y los derechos de los pueblos del continente.

99. La Corte recuerda que el sentido corriente que se le atribuya a los términos debe ser interpretada con relación al contexto y el objeto y fin del Protocolo. Por consiguiente, teniendo presente lo expuesto en los párrafos precedentes, la Corte considera que una interpretación de buena fe del artículo 8.1.a implica concluir que éste otorga titularidad de los derechos establecidos en dicho artículo a las organizaciones sindicales. Esta interpretación implica además un mayor efecto útil del artículo 8.1.a, reforzando con ello la igual importancia que tiene para el sistema interamericano la vigencia de los derechos civiles y políticos y los derechos económicos, sociales y culturales.

100. Por otra parte, la Corte considera relevante hacer uso de los trabajos preparatorios del artículo 19 del Protocolo de San Salvador como medio complementario de interpretación para confirmar el sentido del artículo 8.1.a resultante de la interpretación que se acaba de hacer. Si bien el artículo 19.6 contempla los medios a través de los cuales se protegerán los derechos contenidos en el Protocolo y, por tanto, no puede desprenderse del mismo la titularidad de derechos de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones, de sus trabajos preparatorios puede concluirse la intención de garantizar los derechos de las organizaciones sindicales como derechos de exigibilidad inmediata a través del sistema interamericano¹². Esto se constata en tanto los trabajos preparatorios señalan que se concertó que el sistema de peticiones se limitaría “solamente al derecho de asociaciones y libertad sindical y a la libertad de educación”¹³, excluyéndose el derecho a la huelga. La referencia a “asociaciones” en lugar de a “asociación” implícitamente describe los dos tipos de asociaciones que surgen del artículo, a saber, las de los trabajadores y las de las organizaciones sindicales. Por otra parte, la mención a la “libertad sindical” para efectos del Protocolo de San Salvador cubre el derecho de las organizaciones de trabajadores a constituir federaciones y confederaciones, así como el derecho a afiliarse a las mismas, y el de toda organización, federación o confederación a afiliarse a organizaciones internacionales de trabajadores¹⁴.

¹²Los trabajos preparatorios del Protocolo evidencian que en la adopción de los medios de protección de los derechos consagrados en dicho instrumento, la propuesta de la Comisión Interamericana diferenciaba entre dos tipos de medios: el sistema de peticiones individuales para aquellos derechos denominados de exigibilidad inmediata y un sistema de informes para los demás derechos. La propuesta finalmente adoptada, y establecida en el artículo 19, “contiene estas dos ideas”. Exposición hecha por la Presidenta del Grupo de Trabajo encargado de estudiar el proyecto de Protocolo Adicional, Anexo II al Informe de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos sobre el Proyecto de Protocolo Adicional a la Convención Americana sobre Derechos Humanos en Materia de Derechos Económicos, Culturales y Sociales, OEA/Ser. G, CP/doc. 1938/88, 17 octubre de 1988.

¹³Informe de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos sobre el proyecto de Protocolo Adicional a la Americana sobre Derechos Humanos en materia de derechos económicos, culturales y sociales, OEA/Ser. G, CP/doc. 1938/88, 17 octubre de 1988, p. 45

¹⁴Cfr. Artículo 5 del Convenio 87 sobre la libertad sindical y la protección del derecho de sindicación, 1948 (núm. 87), entrada en vigor: 04 julio 1950; Adopción: San Francisco, 31ª reunión CIT 09 julio 1948.

101. Adicionalmente, la Corte considera que la obligación general que tienen los Estados de garantizar los derechos sindicales contenidos en el artículo 8.1.a del Protocolo se traduce en las obligaciones positivas de permitir e incentivar la generación de las condiciones aptas para que tales derechos se puedan llevar a cabo efectivamente. En este sentido, la Corte acude al Convenio 87 de la OIT con el fin de mencionar ejemplos que ilustren las obligaciones positivas que surgen de la obligación general de garantizar los derechos reconocidos a los sindicatos, las federaciones y las confederaciones. En este sentido, la Corte nota que el artículo 3.1 del Convenio establece el derecho de las organizaciones de trabajadores a “redactar sus estatutos y reglamentos administrativos, el de elegir a sus representantes, el de organizar su administración y sus actividades y el de formular su programa de acción”¹⁵.

102. En consonancia con lo anterior, la obligación general de los Estados de respetar los derechos implica las obligaciones negativas de abstenerse de crear barreras tales como legales o políticas tendientes a impedir a los sindicatos, las federaciones y las confederaciones la posibilidad de gozar de un libre funcionamiento y adicionalmente a los sindicatos la posibilidad de asociarse. En este sentido, la Corte nota que el referido artículo 3.2 del Convenio N° 87 establece que “[l]as autoridades públicas deberán abstenerse de toda intervención que tienda a limitar [los derechos reconocidos en el numeral 1 del artículo] o a entorpecer su ejercicio legal”¹⁶.

103. Por otra parte, el Tribunal recuerda que, en razón de lo dispuesto por el artículo 19.6 del Protocolo, únicamente podría aplicarse el sistema de peticiones individuales a los derechos contenidos en los artículos 8.1.a y 13. Así, la Corte solo tendría competencia para conocer de los casos en los que los sindicatos, las federaciones y las confederaciones acudan ante el sistema interamericano buscando la protección de los derechos que les son reconocidos en el artículo 8.1.a cuando se alegue que estos fueron violados por una acción imputable directamente a un Estado Parte del Protocolo. De acuerdo a lo anterior, la titularidad de derechos y el acceso al sistema interamericano estarían limitados a las organizaciones sindicales constituidas u operantes en los Estados que hayan ratificado el Protocolo, por cuanto las obligaciones allí dispuestas no pueden hacerse extensivas a los Estados que no hayan expresado su voluntad de asumirlas.

104. La Corte considera relevante referirse asimismo al derecho a la huelga establecido en el artículo 8.1.b del Protocolo. La Corte no es competente para conocer de casos en los que dicho derecho se alegue vulnerado, por cuanto, como se mencionó, el artículo 19.6 del Protocolo, únicamente le otorga competencia sobre los derechos sindicales contenidos en el artículo 8.1.a. No obstante lo anterior, la Corte recuerda que, de acuerdo con lo establecido en el artículo 1 del Protocolo de San Salvador, los Estados Parte deben adoptar las medidas necesarias a fin de lograr en forma progresiva la efectividad plena de este derecho.

¹⁵Convenio 87 sobre la libertad sindical y la protección del derecho de sindicación, 1948 (núm. 87), entrada en vigor: 04 julio 1950; Adopción: San Francisco, 31ª reunión CIT 09 julio 1948.

Asimismo, la Corte nota que el Comité de Libertad Sindical de la OIT cuyo mandato es el de determinar si una situación concreta se ajusta a los principios de libertad sindical y de negociación colectiva, ha emitido varias decisiones en las que se reflejan obligaciones en similar sentido. Cfr. OIT, *La libertad sindical Recopilación de decisiones y principios del Comité de Libertad Sindical del Consejo de Administración de la OIT*, quinta edición 2006, párrs. 389, 391, 466, 495, 512, 860, 861 y 984.

¹⁶Convenio 87 sobre la libertad sindical y la protección del derecho de sindicación, 1948 (núm. 87), entrada en vigor: 04 julio 1950; Adopción: San Francisco, 31ª reunión CIT 09 julio 1948. Igualmente, la Corte nota que varias decisiones del Comité de Libertad Sindical de la OIT reflejan obligaciones en similar sentido. Cfr. OIT, *Resolución del Comité de Libertad Sindical en el Caso No. 1569 “Quejas contra el Gobierno de Panamá presentadas por la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL), el Sindicato de Trabajadores del Instituto de Recursos Hidráulicos y Electrificación (SITIRHE) y Sindicato de Trabajadores del Instituto Nacional de Telecomunicaciones (SITINTEL)”*, párr. 143.3; Cfr. *Caso Baena Ricardo y otros Vs. Panamá. Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 2 de febrero de 2001. Serie C No. 72, párrs. 162, 170 a 172; OIT, *La libertad sindical Recopilación de decisiones y principios del Comité de Libertad Sindical del Consejo de Administración de la OIT*, quinta edición 2006, párrs. 147, 130, 178, 190 y 391.

105. En virtud de lo anteriormente expuesto, la Corte ha concluido la titularidad de los derechos establecidos en el artículo 8.1.a del Protocolo de los sindicatos, las federaciones y las confederaciones, lo cual les permite presentarse ante el sistema interamericano en defensa de sus propios derechos. Ahora bien, en este punto la Corte considera relevante recordar que en razón de lo dispuesto por el artículo 44 de la Convención Americana, los sindicatos, las federaciones y las confederaciones legalmente reconocidos en uno o más Estados Parte de la Convención, formen o no parte del Protocolo de San Salvador, pueden presentar peticiones individuales ante la Comisión Interamericana en representación de sus asociados, en caso de una presunta violación de los derechos de sus miembros por un Estado Parte de la Convención Americana.

Fonte: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Opinión Consultiva Oc-22/16, de 26 de febrero de 2016*. Solicitada por la República de Panamá Disponible em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_22_esp.doc>. Acesso em: 21 jul. 2018.